

**Novo Regionalismo e Análise de Política Externa:  
Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

Igor Castellano da Silva\*

**Resumo:** Em um contexto de ampliação de pesquisas sobre a relevância de regiões e potências regionais na ordem internacional contemporânea, importa compreender as possibilidades de avaliação da política externa regional de Estados sob ponto de vista interacional. O artigo procura avaliar os avanços recentes dos estudos do novo regionalismo e da análise de política externa para as regiões do sul global e, especificamente, da África. Argumenta-se que uma visão interacional e histórico-sociológica sobre processos de formação das unidades e de suas políticas externas parece ser necessária para que se avance nos esforços de integração entre NR e APE sob uma perspectiva sistêmica.

**Palavras-chave:** Novo Regionalismo, Análise de Política Externa, África

**Introdução**

O estudo sobre os fundamentos da ação de Estados em suas regiões faz parte de dois amplos programas de pesquisa. O primeiro é o novo regionalismo (NR), que significa tanto processos políticos de cooperação regional em direção à integração quanto o estudo sobre regiões. Neste último caso, podem-se verificar avanços teóricos e empíricos recentes nos estudos regionais, com a tendência de expansão da compreensão teórica mediante a análise de regiões do sul global, como, por exemplo, a África. A avaliação de regiões periféricas possibilita novos entendimentos sobre as particularidades da formação histórica desses sistemas regionais e as potencialidades e os limites de ação de potências regionais e de suas vizinhas regionais, potências secundárias. O segundo programa de pesquisa, que avalia a ação de Estados no sistema internacional e em suas regiões. Refere-se à análise de política externa (APE) e a sua evolução recente para a observação dos determinantes da política externa de países do terceiro mundo, inclusive os países africanos. Os países africanos são em geral identificados pelos constrangimentos de atuação no sistema internacional, muito embora haja espaços importantes de ação e ambientes em que suas políticas têm impacto sistêmico significativo. Este é o caso dos sistemas regionais e das relações interafricanas.

A conexão entre NR e APE tem sido realizada principalmente nos estudos sobre a centralidade da política externa de potências regionais nos seus respectivos sistemas. Entretanto, há, atualmente, pouca reflexão sobre o papel da política externa regional de Estados sob ponto de vista interacional, e não apenas focada nas potências regionais, além de serem escassas perspectivas informadas histórica e sociologicamente. Diante de tais desafios, o presente artigo avalia, de forma concisa, os avanços recentes dos estudos do novo regionalismo e da análise de política externa para as regiões do sul global, o chamado terceiro

---

\* Graduado em Relações Internacionais e Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (igor.castellano@gmail.com).

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

mundo, e procura observar a relevância desses avanços para os estudos de regiões e da política externa na África. Ademais, busca-se identificar os principais insights recentes sobre a possibilidade de conexão entre política externa de unidades e elementos de sistemas regionais, além dos limites desses estudos para a compreensão da agência sistêmica. O artigo argumenta que uma visão interacional e histórico-sociológica sobre processos de formação das unidades e de suas políticas externas parece ser necessária para que se avance nos esforços de integração entre NR e APE sob uma perspectiva sistêmica.

### **A Expansão do Novo Regionalismo e da Análise de Política Externa para o Sul**

A disciplina de Relações Internacionais (RI) tem experimentado no pós-Guerra Fria uma expansão geral no campo de investigação, tanto em termos de abordagens quanto em escopo geográfico. No primeiro caso, pode-se referir às renovadas abordagens epistemológicas e teóricas envolvidas nos recentes debates da área. No segundo caso, o aprofundamento do processo de globalização (acompanhado pela regionalização) e, mais tarde, a emergência de novas potências regionais e globais ampliaram o interesse geral na periferia e semiperiferia do sistema mundial, o chamado Sul global (em termos econômicos e políticos). Subáreas das RI foram não menos afetadas por esses desenvolvimentos. Dois exemplos delas são o novo regionalismo (NR) e a análise de política externa (APE).

#### *A Expansão do Novo Regionalismo para o Sul*

O NR, aqui referido sobretudo como o estudo de regiões, tem apresentado desenvolvimento espantoso em termos de novas abordagens e conceitos, o que é acompanhado por uma maior democratização nos estudos regionais. Isso foi visto com a incorporação de regiões geográficas anteriormente marginalizadas e a intenção de explicar as particularidades de seus sistemas regionais em termos próprios. Em geral, diferentes estudos abrem caminho para a afirmação de que as regiões estão atualmente adquirindo um valor crescente nas relações internacionais devido a fatores empíricos e teóricos.

No caso dos fatores empíricos, o argumento é sustentado pelas posições que ressaltam a importância da geografia e da territorialidade na composição de questões estratégicas e securitárias dos Estados; a volatilidade e efemeridade dos interesses estratégicos das grandes potências em regiões periféricas, gerando espaço para o seu desenvolvimento autônomo; e a existência de uma nova onda regionalista no período pós-Guerra Fria, com a multiplicação de processos de cooperação e integração regionais. Sob perspectiva teórica, o valor crescente do regionalismo nas RI deve-se às respostas que estudos de regiões buscam dar aos limites decorrentes da excessiva parcimônia nas teorias da disciplina; às insuficiências teóricas de explicações globalistas da política internacional, as quais supervalorizam mecanismos de overlay das ações de potências globais em outras

regiões; à demanda por esforços lakatosianos de progresso da disciplina, mediante novos estudos empíricos que avaliem teorias existentes e procurem gerar bases para a sua melhoria; e à escassez de estudos que relacionem a estrutura do sistema internacional com as estruturas de poder regionais.

A ampliação de novos estudos sobre regiões já permite observar diferenças entre um chamado velho regionalismo e o novo regionalismo emergente. Essa diferença ocorre, igualmente, tanto como um fenômeno empírico quanto como um processo teórico (estudo das regiões). Empiricamente, as regiões se tornaram no pós-Guerra Fria uma arena principal das relações internacionais. Isso é observado pelo aumento dos processos gêmeos de regionalização (movimento de aproximação mútua de atores regionais) e regionalismo (processos políticos de cooperação regional). Esse fenômeno é quantitativa e qualitativamente diferente do primeiro grande movimento de regionalismo surgido nas décadas de 1950, 1960 e início de 1970, característicos do velho regionalismo (VÄYRYNEN, 1984, p. 353–355). Atualmente, pode-se perceber uma expansão dos processos em termos quantitativos (incremento do número de acordos regionais em áreas diversas) e qualitativos (multidimensionalidade: aumento do número de organizações cujo escopo é impossível de ser classificado apenas como político, econômico ou securitário). Com a expansão e o fortalecimento das organizações regionais de cooperação (ACHARYA, 2007; HURRELL, 2007; KATZENSTEIN, PETER J., 2005; NOLTE, 2010, p. 882), alguns autores chegam a mencionar que a regionalização e o regionalismo são atualmente a força motriz da política global (BEESON, 2005, p. 969; BULMER-THOMAS, 2001, p. 363; FAWCETT, 2004, p. 431; FAWN, 2009, p. 5; SÖDERBAUM; SHAW, 2003). Ao assumir características e significados diversos, esses processos estão relacionados principalmente com o surgimento de um mundo multipolar (assimétrico), que é, em muitos aspectos, inédito, porque difuso e regionalmente nucleado.

Em âmbito teórico, os avanços do novo regionalismo em relação à sua versão anterior estão conectados às possibilidades de tratamento de regiões pelo grau de interação entre diferentes tipos de atores, ao contrário das perspectivas subsistêmica e (neo)funcionalista, próprias do velho regionalismo. Por um lado, ao contrário do funcionalismo que avalia as regiões pelas finalidades de seus processos cooperativos, o NR enxerga as regiões como criações sociais e políticas (HEMMER; KATZENSTEIN, 2002, p. 575) formadas pelo grau de interação entre as unidades que as integram (HURRELL, 1995, p. 333–334). As interações podem ser múltiplas e multidimensionais, embora a territorialidade ainda seja elemento central de sistemas regionais, como mencionado anteriormente (KELLY, 2007, p. 205). Por outro lado, o pressuposto envolve a possibilidade de avaliar regiões pela conexão de outros atores além dos Estados. Isso não significa que os Estados sejam menos

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

importantes e que as abordagens regionais possam descartá-los. Implica que, para melhor entendermos as dinâmicas regionais, os Estados não devem ser tomados como atores exclusivos, a-históricos ou uniformes (DUNN; HENTZ, 2003).

Outra possibilidade teórica resultante do NR é a de se considerarem as particularidades específicas de cada região. Regiões podem ser estudadas não apenas como uma parte do sistema internacional, mas também como um sistema próprio. Isso permite analisar regiões adotando ferramentas produzidas pelas teorias de política internacional e política externa (BUZAN; WÆVER, 2003; BUZAN, 2000; LEMKE, 2002). Ao mesmo tempo, as dificuldades presentes nos debates teóricos das RI acabam sendo importadas pelos estudos regionais. Entre elas estão o debate agente-estrutura e os desafios para se conectar teorias de política internacional e política externa, como se verá a seguir. Mas, no sentido oposto, pode-se destacar o papel dos estudos regionais para trazer respostas para os dilemas envolvidos na explicação do sistema internacional como um todo.

Todo esse desenvolvimento empírico e teórico recente do NR capacita esta corrente para avaliar os casos de regiões do sul global. Apesar de ainda haver poucos estudos com foco específico na análise de regiões periféricas, a escassez de análises abrangentes é parcialmente compensada por obras pioneiras. Em termos analíticos, estudos como o de Hettne et al. (2000a, b) auxiliam a compreender regiões que seriam dificilmente consideradas ou efetivamente avaliadas mediante a perspectiva do sistema global. Nesse caso, análises informadas pelas características de regiões periféricas são mais capazes de compreender dinâmicas de cooperação e conflito e estruturas de sistemas regionais. O sul global apresenta sutilezas nos processos de interação, menos afetados pela projeção de poder e riqueza dos Estados do que pela fraqueza destes. Desse modo, análises estatocêntricas limitadas ao estudo da projeção de poder e riqueza dos Estados ignoram dinâmicas securitárias, políticas, econômico-comerciais e sociais importantes em regiões do sul.

É por isso que o avanço do NR em sua análise sobre regiões do sul está vinculado à sua capacidade de compreensão sobre particularidades históricas, mormente da evolução da interação entre grupos e estruturas sociais, como o Estado. O Estado é uma das estruturas mais relevantes envolvidas no processo de interação social, por isso a avaliação das particularidades dos seus processos de construção (formação e reformação) é central para o NR no sul. Esse debate se relaciona à avaliação de como processos históricos de construção estatal afetam capacidades estatais e a formação regional. Ao mesmo tempo, interessa a forma como dinâmicas regionais, por sua vez, também afetam esses processos. Não obstante, são ainda escassos estudos como os de Ayoob (1992, 1995) e Brian Job (1992), que problematizam particularidades e potencialidades das regiões onde o processo de construção do Estado é ainda incipiente (EMERSON, 1963; MILLER, BENJAMIN, 2005).

Após avaliar as perspectivas empíricas e teóricas do NR, vale ressaltar seu papel normativo para os países do sul global. O NR no sul pode ser uma solução aos problemas de segurança e desenvolvimento que envolvem Estados fracos. Países periféricos geralmente percebem o regionalismo como um fator de multilateralismo (multilateralismo possível), como uma alternativa para os desafios e riscos da globalização (MISTRY, 1999, p. 117), e como uma estratégia normativa para a superação dos dilemas de desenvolvimento e segurança, bem como para melhorar a sua posição e poder de barganha no sistema internacional (HETTNE; INOTAI; SUNKEL, 2000a, p. xxi–xxii).

*A Expansão da Análise de Política Externa para o Sul*

Outro bloco que compõe o pilar teórico deste trabalho é a literatura sobre APE e as particularidades da política externa dos países do terceiro mundo, incluindo a África. Assim como o NR, a área de APE também experimentou recentemente o surgimento de uma nova geração analítica. Esta se alinha a uma intenção não ocidentalista que tem como objetivo estudar casos e temas sem padrões preconcebidos, ampliando as perspectivas da primeira e da segunda gerações da APE.

A APE tem como seu antecessor remoto a história diplomática. Nos anos 1950 e início dos anos 1960, Snyder et al. (1954, 1963) publicaram uma das primeiras obras que explora o processo de tomada de decisão em política externa (PE). Para estes autores a PE resultava da interação de vários elementos, tais como a história pessoal das lideranças e instituições domésticas. Nos anos 60, James Rosenau (1966) escreveu sobre a necessidade de se formular uma teoria e metodologia para a APE e de fazê-la progredir tanto quanto as demais áreas da Ciência Política norte-americana. Assim, o autor formulou que a metodologia da APE deveria se basear em estudos comparados e que deveria propor tipos puros de nações para a classificação de categorias de PE. Alguns pesquisadores aceitaram o desafio e desenvolveram um tipo de estudo que ficou conhecido como Política Externa Comparada, considerada a primeira geração de estudos de política externa. Já, nos anos 80, emergiu a segunda geração da APE, com foco em níveis variados de análise e com a ampliação de temas de abordagem, como democratização, declínio econômico dos EUA e colapso da URSS (NEACK; HEY; HANEY, 1995b, p. 5–12).

A despeito das diferentes correntes no estudo da APE, podem-se elencar fatores comuns à abordagem. Para Valerie Hudson (2005, p. 3–5), a APE possibilita uma ponte entre teoria de RI, política comparada e políticas públicas. Isso ocorre, pois integra contribuições de várias teorias e de vários programas de pesquisa das RI, seu foco de análise é comparado por excelência e trata a política externa como um tipo de política pública, incorporando formas de análise características desse campo de estudo. Além disso, a APE permite aprofundar o

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

estudo da atuação dos agentes da PE (atores e formulação) frente a contextos históricos e estruturais, o que permite compreender as origens das ações externas dos Estados.

Em aspectos gerais, a primeira e segunda gerações da APE apresentaram a falta de análises abrangentes de política externa de países do sul (CARLSNAES; GUZZINI, 2011; HILL, 2003; HUDSON, 2007; NEACK; HEY; HANEY, 1995a). Como resultado natural, análises mais generalistas da política externa destes países ainda são predominantemente baseadas em abordagens pioneiras desenvolvidas a partir de duas ou três décadas atrás (AYOOB, 1995; CLAPHAM, 1985; KORANY, 1986). Tais tentativas buscavam alterar o quadro de “estudo subdesenvolvido dos países subdesenvolvidos” (KORANY, 1983, p. 465). Exceções recentes são um sinal de esperança de que os países periféricos e semiperiféricos são sujeitos importantes para a compreensão dos mecanismos da política externa e da política internacional, assim como reivindicado pelas teorias pós-coloniais (BRAVEBOY-WAGNER, 2003b). Esta realidade questiona parcialmente a afirmação de Kenneth Waltz de que “seria ridículo construir uma teoria de política internacional baseada na Malásia e na Costa Rica” (WALTZ, 1979, p. 72). Na prática, temerário seria construir teorias abrangentes sobre o sistema internacional (e não apenas de sua estrutura) sem compreender o papel de sujeito e objeto de países periféricos, como os citados.

Nos estudos sobre política externa de países do sul, certa continuidade pode ser vista em dois aspectos. Em primeiro lugar, há a intenção sempre presente de conectar diferentes níveis de análise que possam interferir na produção de política externa. Isso ocorre independentemente da perspectiva teórica adotada, embora a perspectiva do realismo político tenda a ser mais complexa, por envolver aspectos da formação e das dinâmicas internas dos Estados e por incluir elementos da economia política, fundamentais para as preocupações de desenvolvimento no sul global. Essa abordagem possibilita a melhor compreensão da “ligação entre conflitos intraestatais e interestatais, e o entrelaçamento entre a empreitada da construção estatal e a política regional de balanço de poder” (AYOOB, 1998, p. 45).

Em segundo lugar, a continuidade também pode ser vista nos temas recorrentemente abordados nos estudos de PE no sul global. Entre eles podem-se citar instabilidade política, falta de legitimidade das elites e política de sobrevivência (HAGAN, 1995, p. 126). A predominância de temas desse tipo está vinculada às particularidades do processo de construção do Estado e da nação no terceiro mundo, incluindo as relações entre Estado e sociedade, uma vez que “política externa é um componente crítico do programa político dos governos e, frequentemente, uma base fundamental do próprio Estado” (MOON, 1995, p. 199). Assim, autores têm seguido a iniciativa de Christopher Clapham (1985) e Mohammed Ayoob (1995) e gradualmente adotado o Estado (MOHAMEDOU, 2003, p. 69) e perspectivas analíticas da sociologia histórica como elemento explicativo da política externa no terceiro

mundo (HALLIDAY, 2005, p. 43).

A partir dessa perspectiva analítica que ressalta a realidade histórico-sociológica dos países do terceiro mundo, podem-se identificar quatro eixos centrais de políticas externas práticas que têm procurado superar essa realidade e são adotadas de forma complexa e não excludente: o alinhamento, o terceiro-mundismo, o regionalismo, e a defesa da soberania jurídica.

No tocante ao primeiro eixo, o alinhamento a potências centrais tem sido, desde a independência, a política externa menos custosa para países periféricos. Isso se deve ao seu caráter de manutenção do status quo, de reprodução de dependências e conformidade com estruturas de poder internas. No âmbito econômico, envolve o predomínio e a reprodução de economias de enclave ou de sistemas econômicos baseados em vantagens comparativas e complementaridades com economias centrais. O crescente empobrecimento da população local é compensado pelo acúmulo de riquezas pelas elites econômicas e políticas dirigentes. No âmbito securitário, geralmente abrange a construção de perspectivas estratégicas ideologicamente orientadas pelos desafios dos países centrais (tal como a ideia de segurança hemisférica) em detrimento das realidades locais e regionais particulares. Essas políticas ocorrem devido a mecanismos de obediência, derivados da posição de dependência ou vulnerabilidade, ou de consenso e interesses mútuos entre elites situadas no centro e na periferia (BRAVEBOY-WAGNER; SNARR, 2003, p. 22–25; MOON, 1985, 1983).

O segundo eixo de política externa nos países de terceiro mundo é a política de solidariedade terceiro-mundista. Essa política está vinculada ao comprometimento com a luta contra a desigualdade do sistema internacional e a convergência de objetivos em assuntos cruciais envolvendo sua identidade internacional (condição periférica e colonizada), sua integridade (luta pela soberania como agentes soberanos) e sua vontade (defesa da liberdade de escolha). Esses elementos estão intrinsecamente ligados à pós-colonialidade como propósito de política externa (GROVOGUI, 2003, p. 33). Entretanto, em geral, o terceiro-mundismo e a atual cooperação sul-sul não sobrevivem sozinhos. Devido ao déficit de segurança, capitais, investimentos, serviços e bens dos países periféricos, esta política é geralmente complementada com alinhamentos norte-sul constantes ou esporádicos (CLAPHAM, 1985, p. 129–130).

O terceiro eixo de política externa é a perspectiva regionalista, como forma de satisfação de necessidades de desenvolvimento e segurança. (AKOKPARI, 1999, p. 33, 2001, p. 47). Isso se deve ao fato de que o regionalismo como política externa de países do sul está vinculado à promessa de fortalecimento das estruturas do Estado, visto como central nas tarefas de segurança e desenvolvimento. A suposta vinculação entre regionalismo e

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

diminuição da importância do Estado não se reproduz de maneira automática para os países do sul, que percebem nas instituições regionais o reforço de sua soberania. Lideranças políticas e teóricos críticos veem “a fraqueza do Estado como criadora de uma necessidade normativa para a integração; o regionalismo se torna ‘um projeto e uma política’” (KELLY, 2007, p. 218). É justamente o interesse no fortalecimento de suas capacidades empíricas que leva potências secundárias a apoiar projetos regionalistas mais distributivos de poder e riqueza, embora sejam cautelosos em relação à sua soberania negativa.

O quarto e mais estrutural eixo de política externa é a defesa da estatidade jurídica. No terceiro mundo, “o apelo à soberania permanece mais forte”, já que “a construção do Estado e da nação não tem sido totalmente bem-sucedida e [...] as pequenas hostilidades interestatais ainda inflamam” (BRAVEBOY-WAGNER, 2003a, p. 7). A partir dessa realidade deriva o compromisso desses Estados com os postulados do sistema internacional como a soberania, não intervenção, autoajuda e códigos de diplomacia. Neste ponto, situa-se a contribuição mais relevante sobre a política externa dos países do terceiro mundo. Trata-se do seu comprometimento com regras sistêmicas que ressaltam aspectos de igualdade entre Estados, fundamentados nos princípios da soberania negativa (legal) (JACKSON, 1990, p. 24). Esse comprometimento pode ou não ser acompanhado por políticas de construção e defesa da estatidade empírica. Quando tais políticas são igualmente adotadas, envolvem esforços relacionados aos “processos de construção do Estado e à necessidade do Estado de manter a sua posição e perpetuar sua existência na arena internacional” (MOHAMEDOU, 2003, p. 65). Envolve também, em muitos casos, políticas externas de perfil anticentro, que contestam os fundamentos da hierarquia de poder no sistema internacional (BRAVEBOY-WAGNER; SNARR, 2003, p. 22–25; HEY, 1995).

De todo modo, o comprometimento de países do terceiro mundo com os princípios da soberania negativa torna-se, paradoxalmente, um empecilho para políticas cooperativas e integrativas. No âmbito das políticas externas em direção ao regionalismo, a relevância dada por Estados fracos ao problema de sua soberania, impede esta recomendação normativa. Potências secundárias tendem a bloquear processos de integração regional que vão além do seu projeto de estabilização interna e garantia de soberania, o que dificulta perspectivas de avanço da integração regional no terceiro mundo (KELLY, 2007, p. 218–219). O dilema situa-se no fato de que “países do sul são apegados a sua soberania duramente conquistada e menos propensos do que as nações do norte global a ver os benefícios de uma forma superior de integração para além da cooperação funcional e econômica” (BRAVEBOY-WAGNER, 2003a, p. 7). Neste caso, parece ser função fundamental de potências regionais a construção de projetos regionais que claramente compensem a perda de soberania jurídica de Estados fracos, mediante instrumentos que reforcem sua soberania empírica. Trata-se de projetos que

distribuem desenvolvimento e segurança e que reforcem capacidades estatais. Antes de adentrar essa discussão, importa observar o desenvolvimento recente dos estudos africanos no âmbito do NR e da APE.

### **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa na África**

No caso do continente africano, ambas as subáreas de NR e APE observam recente desenvolvimento e caminho aberto para a produção teórica e empírica.

#### *Novo Regionalismo na África*

O estudo de regiões na África vem sendo crescentemente abordado por analistas de dentro e de fora do continente. Em geral, predominam análises descritivas e funcionalistas, que avaliam estágios dos processos de integração regional do continente e comparam estruturas organizacionais/legais. Há predomínio de análises sobre a organização de integração continental (Organização da Unidade Africana – OUA e União Africana – UA) e sub-regionais (Regional Economic Communities – RECs) em estudos de caso e abordagens comparadas ou análises históricas de processos sociais, políticos, econômicos e securitários de diferentes regiões do continente. Todavia, atualmente, um terceiro tipo de abordagem tem buscado um diálogo mais extensivo com teorias do NR e das RI em geral. Estudos como os publicados por Grant e Söderbaum (2003) e Vale et al. (2001) – bem como os estudos de Odén (2000), Davies (2000), Abrahamsson (2000), Hentz (2005, 2009), Söderbaum (2004), Söderbaum e Taylor (2003) – procuram adaptar construções teóricas gerais sobre o NR para o continente africano. De diferentes formas, os estudos mencionados acima procuram abordar desafios que ainda estão presentes na avaliação dos processos de regionalização e regionalismo na África. Assim como o NR no terceiro mundo, na África as dinâmicas regionais estão marcadas por aspectos particulares desses dois processos.

No que concerne à regionalização, a percepção estatocêntrica dominante das RI é incapaz de lidar com as complexidades das dinâmicas regionais no continente. A compreensão da complexidade dos processos de regionalização no continente africano envolve ir além da perspectiva estatocêntrica corrente, no sentido de se desvencilhar da percepção do Estado nacional como unidade exclusiva e ator unitário. No continente africano, a juventude das estruturas estatais abre espaços para dinâmicas que se situam fora dessas fronteiras analíticas. Grupos sociais, partidos políticos e forças privadas, da região e de fora dela, são agentes relevantes nas dinâmicas regionais. Uma visão que leve em conta a ação de atores não estatais auxilia a compreender que, no continente africano, relações regionais existem previamente à implantação dos Estados coloniais; existem a despeito do Estado, de seus limites de projeção de poder ou desinteresse com o regionalismo; e podem trazer soluções que compensem as (ou apoiem a reversão das) incapacidades do Estado (DUNN;

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

HENTZ, 2003, p. 183–184; VALE, 2001, p. 18–20). Além disso, a presença de atores não estatais (inclusive extrarregionais) pode gerar efeitos ambíguos, tais como novas soluções ou novos desafios ao desenvolvimento e à segurança. Essa tem sido a narrativa da penetração de ONGs internacionais e OIGs no continente.

Contudo, os limites da visão estatocêntrica dominante não significa que ela não possa ser reconstruída (WENDT, 1992, p. 424–425). A superação da visão estatocêntrica atual, do Estado unitário e imutável, envolve a análise histórica e sociologicamente informada sobre a evolução dos processos políticos e econômicos que afetaram a construção dos Estados e a sua relação com sociedades domésticas e externas. Destarte, os Estados africanos não devem ser excluídos da análise, já que o continente é amplamente influenciado por suas características empíricas e jurídicas (JACKSON; ROSBERG, 1982). Pelo contrário, assim como proposto por Dunn e Hentz (2003, p. 183–184), uma solução em potencial é a produção de análises do regionalismo que problematizem a ideia do Estado em termos históricos e sociológicos. Historicamente, há a necessidade de romper-se com o anacronismo na formulação teórica e adoção de conceitos das RI, sendo o Estado um deles (COX, 1996b). Sociologicamente, cumpre explicar as particularidades históricas do Estado e desconstruir a ideia difundida no debate neo-neo das RI do Estado como ator unitário e autossuficiente. A reconstrução do paradigma estatocêntrico possibilita a análise de regiões por dinâmicas que vão além da projeção de poder desses atores. Abre-se espaço para avaliar regiões como construtoras e desconstrutoras de Estados e Estados como construtores e desconstrutores de regiões.

Por seu turno, o regionalismo do continente africano é informado precisamente pela busca por autonomia e desenvolvimento, que tem pautado historicamente os processos e integração do sul global. A tentativa de redução da posição de subdesenvolvimento e dependência baseia-se em duas estratégias nem sempre isoladas, mas ontologicamente conflitantes. A primeira estratégia envolve processos centrados na aliança com países centrais e em processos de cunho comercialista, próximos à perspectiva cepalina do regionalismo aberto. O vínculo com ex-metrópoles tem sido mantido historicamente mediante iniciativas de cooperação político-cultural, como a Francofonia e a Commonwealth. Em alguns casos, tais processos adquirem características mais estruturais, envolvendo vínculos econômicos de dependência como na iniciativa monetária do Franco CFA e em recentes processos de cooperação bilateral representados pelos EPA (Economic Partnership Agreements) com a União Europeia. Projetos comercialistas como a SACU (Southern African Customs Union) também são em geral voltados para vínculos comerciais externos ao continente, embora algumas iniciativas comercialistas, como o COMESA (Common Market for Eastern and Southern Africa), sejam mais autocentradas.

A segunda estratégia regionalista diz respeito à construção de processos próprios e mais profundos e multidimensionais de integração regional. Iniciativas da UA (União Africana) e de RECs (Regional Economic Communities), como a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), o IGAD (Intergovernmental Authority on Development), a UMA (União do Magrebe Árabe) e a SADC possuem potencialmente conteúdo mais autonomista, por serem propostas de integração mais profunda e multidimensionais. Mais profunda, porque vislumbram processos de cooperação política. Multidimensionais, pois integram mais de uma área relacionada a economia/comércio, sociedade/desenvolvimento, política e segurança. A UA é certamente o eixo principal dessa engrenagem e articula os preceitos de identidade e militância que orientam o regionalismo do sul.

Esses perfis regionalistas são afetados diretamente pelos interesses, constrangimentos e perfil de ordenamento que as potências regionais projetam para a sua própria região, como se verá adiante. Por fim, novas iniciativas têm deixado mais fluida a oposição entre posturas de alinhamento e autonomia. Dois aspectos têm contribuído para essa realidade. O primeiro é a renovada presença de países emergentes no continente, os quais têm gerado alternativas de investimento e cooperação, além de novos termos de acordo e instrumentos de barganha para Estados africanos. O segundo aspecto ressalta como as novas lideranças do continente têm percebido o caráter complementar de parcerias com potências externas e como a cooperação com países centrais pode articular maiores investimentos ao continente e favorecimento de seus projetos de integração (HABIB, 2009, p. 147). Nesse caso, os países africanos têm buscado o regionalismo como forma de articular posições e incrementar capacidade de barganha das relações (em geral, assimétricas) com atores externos (e.g. NEPAD).

#### *Análise de Política Externa na África*

No caso da APE na África, estudos anteriores com base em premissas da época da Guerra Fria (GROMYKO, 1983; IGHAM, 1974; MAZRUI, 1977; MCGOWAN, 1968; OJO; ORWA; UTETE, 1985; SAXENA, 1982; SHAW; ALUKO, 1984; THIAM, 1965) têm sido recentemente atualizados e ampliados. Há hoje novos intentos para integrar as principais questões da APE com problemas regionais relacionados ao mundo pós-Guerra Fria (ADAR; AJULU, 2002a; AKOKPARI, 1999, 2001; CHAN, 1990a, 1994; KHADIAGALA; LYONS, 2001a; WRIGHT, 1999).

A diversidade de estudos denota o aspecto mutável das agendas de política externa dos Estados da África Subsaariana frente a demandas internacionais e domésticas. Akokpari (1999), por exemplo, reitera a volatilidade na orientação da política externa dos países

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

africanos desde a sua independência. Essa orientação transitou de preocupações prioritárias sobre descolonização, não alinhamento, crise da dívida, ajustes estruturais e democratização até problemas centrais da década de 1990, como marginalização e conflitos armados. Atualmente, a orientação da política externa africana direciona-se a novos programas de desenvolvimento econômico incluindo o engajamento de parceiros estratégicos novos e tradicionais e a renovação das instituições regionais, processos também envoltos em um ambiente de insegurança econômica (AKOKPARI, 2001, p. 35). Poder-se-ia adicionar à lista de preocupações atuais aspectos ligados a conflitos armados (intraestatais), instabilidades estatais e regionais e a presença de diferentes atores estatais e privados em um ambiente de hostilidade securitária, o que complexifica o processo decisório de política externa (ADAR; AJULU, 2002b, p. 6). Embora a abordagem de Akokpari seja relevante ao buscar evidenciar variações generalizadas nas políticas externas dos países da África Subsaariana, pode-se perceber na prática a continuidade de todas essas orientações ao longo de diferentes períodos históricos e também a priorização de um ou outro tema, dependendo do país e da situação particular. Importa, no entanto, entender não apenas as prioridades dadas às políticas externas dos países, mas principalmente o que explica estas posturas.

Em termos de capacidade teórica para compreender a política externa de países africanos, pode-se observar a existência de três formas principais de pensamento: as perspectivas globalista, estatista/sociológica e regionalista.

A primeira é uma visão mais comum. Ela destaca o fator de dependência; o aspecto periférico da participação dos países africanos no sistema internacional (especialmente devido às assimetrias econômicas e militares), que, juntamente com desafios internos, restringem suas ações desde a independência até os dias atuais (AKOKPARI, 2001, p. 40; KHADIAGALA; LYONS, 2001b; KHADIAGALA, 2001a, p. 131; LYONS; KHADIAGALA, 2001). Entre os principais constrangimentos, podem-se citar “escassez de mão-de-obra qualificada, recursos limitados para estabelecer embaixadas ou para reunir informações sobre eventos externos” (CHAZAN et al., 1999, p. 363). Trata-se de “velhos pressupostos nos quais as políticas externas dos Estados da África Subsaariana foram explicadas exclusivamente dentro dos contextos do colonialismo, da Guerra Fria e suas consequências, de dívidas e ajustes estruturais” (AKOKPARI, 1999, p. 22). Não é raro nessa perspectiva analítica encontrar visões preconcebidas que desprezam qualquer possibilidade de agência internacional dos países africanos.

A segunda visão (estatista/sociológica) questiona a generalização dessa primeira hipótese e sustenta o papel de agência de países africanos e seu espaço de atuação dentro do sistema, ainda que estejam submetidos a limitações. Uma das principais abordagens nesta segunda perspectiva é a que sustenta o aspecto de sobrevivência do Estado, concentrando-se

em elementos (mais ou menos institucionalizados, formais ou informais) utilizados pelos países africanos para exercer agência nesse sistema assimétrico. Ressalta-se a capacidade de Estados africanos de valerem-se da participação em organizações internacionais de socialização, de coalizões políticas que geram resultados práticos, da imagem de referência anti-hegemônica e intelectual de seus líderes e, sobretudo, de regras internacionais de proteção à sua soberania (CLAPHAM, 1985, 2005; JACKSON; ROSBERG, 1982). Além disso, salienta-se a capacidade de líderes africanos de se utilizar de sua posição como representantes da política externa oficial para articular alianças políticas e fortalecer sua posição e legitimidade internas (MINILLO, 2011).

Já a terceira abordagem sobre política externa na África, a perspectiva regionalista, sustenta, ao contrário do que é comumente concebido, que as relações interafricanas não diferem muito daquelas produzidas em outros lugares. Elas são marcadas por tensões entre os governos, atritos fronteiriços, alianças e contra-alianças. Em outras palavras, a política externa na África não é nem naturalmente dada nem imposta de fora, é sim “expressões dos objetivos da política dos numerosos atores estatais no continente” (CHAZAN et al., 1999, p. 361). Além disso, os constrangimentos advindos da escassez de capacidades geraram uma concentração da “atividade diplomática nas relações continentais, contribuindo para a intensidade das relações interafricanas” (CHAZAN et al., 1999, p. 363). Sobretudo nesse nível de análise, os Estados africanos têm sido relativamente bem-sucedidos em colocar seus interesses na política externa e executá-los. Portanto, é importante notar que, se alguém está interessado em investigar a produção de política externa dos países africanos, os ambientes regional e continental são os que carregam informações mais abundantes.

De todo modo, ainda se busca maior explicação sobre como a existência de mais ou menos espaço para ação nas relações interafricanas (perspectiva regionalista) está relacionada com a questão da capacidade estatal (perspectiva estatista/sociológica). Como a capacidade empírica (poder e capacidade estatal) de potências regionais pode instigar os níveis regionais de conflito ou cooperação, dependendo das opções de política externa, e até mesmo sobrepujar a estatidade jurídica de países mais fracos? Por outro lado, que limites de ação existem para as potências regionais, uma vez que as potências secundárias têm autonomia quanto aos seus interesses em inserir-se em projetos de integração, a fim de proteger a sua condição jurídica de Estado e seus próprios projetos para a região? Em outras palavras, urge a necessidade de integrar de forma mais explícita e coerente as abordagens estatista e regionalista da política externa africana, sob o pano de fundo global.

Ademais, como será visto a seguir, vislumbra-se a importância de debater uma abordagem mais comparativa e focada no papel da construção do Estado e dos interesses das elites na produção de política externa na África e uma explicação das mudanças nos sistemas

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

regionais africanos, ligando-a à análise sobre política externa das unidades sistêmicas e o papel das potências regionais. Este trabalho buscará ressaltar essas discussões, que envolvem inicialmente a tentativa de integrar NR e APE.

### **Conectando Novo Regionalismo e Análise de Política Externa para o Estudo da África**

A integração de perspectivas do NR e da APE abre caminho para uma compreensão mais ampla sobre continuidades e mudanças de sistemas regionais e o papel de agência das unidades sistêmicas. Embora se considere que, nas políticas externas dos países do terceiro mundo, “o nível mais efetivo de análise hoje é o regional e o sub-regional” (BRAVEBOY-WAGNER, 2003a, p. 6), há reduzida integração entre essas duas agendas de pesquisa. Esta seção procura identificar os desafios principais para a superação dessa realidade.

A discussão integrada sobre NR e APE costuma centrar-se principalmente na análise da atuação de potências regionais em suas regiões. De fato, capacidades fundamentam o poder dos países e incrementam o seu potencial de moldar o sistema e de ver seus interesses efetivados com essa ação. No primeiro caso, importa que potências de nível global (em escala global e regional) e potências regionais (em escala regional) têm maior potencial de projeção de poder e influenciam mais efetivamente a ordem sistêmica. No segundo caso, argumenta-se que, para potências globais ou regionais (dependendo do nível de análises) os seus interesses em política externa tornam-se tendencialmente vinculados à configuração do sistema.

A análise da atuação regional das potências regionais envolve adotar um conceito de potência que possibilite a verificação de diferentes tipos de comportamentos, conflitivos ou cooperativos, por parte desses países. Para isso, o conceito de potência regional deve estar fundamentado em meios e não em fins. Importa para esse conceito que ser uma liderança regional e amplamente reconhecida não deve ser pré-condição para a identificação de potências regionais. O comportamento sistêmico variável de potências regionais tem sido o centro da vinculação entre NR e APE. As análises mais interessantes partem do pressuposto de que potências regionais que agem de maneira desestabilizadora são mais comuns do que se poderia supor. Isso ocorre, porque potências regionais não podem ser tratadas como atores que, *ceteris paribus*, agem de maneira uniforme e a existência de preponderância material não necessariamente conduz a uma certa forma de comportamento hegemônico ou a resultados esperados, como fornecimento de bens comuns e ausência de conflitos (DESTRADE, 2010; FRAZIER; STEWART-INGERSOLL, 2010, p. 739–746; PEDERSEN, 2002, p. 687; PRYS, 2010, p. 481).

Todavia, em sua maioria, estudos do NR ignoram alguns aspectos importantes em sua vinculação com a APE, quais sejam: as dificuldades de potências regionais empreenderem suas ações, sobretudo no terceiro mundo, devido a limites de capacidade

estatal; as situações em que há a existência de outras potências regionais ou candidatos a tal posição; as ações e reações de países que não são considerados potências regionais; e a forma como as políticas regionais das potências regionais e países secundários são produzidas.

Em primeiro lugar, potências regionais do sul possuem, em geral, constrangimentos de ação devido a limites de sua capacidade estatal. Falta de coesão interna e baixa legitimidade das instituições estatais e do governo distraem suas elites políticas para assuntos internos em detrimento de ações externas (SCHWELLER, 2006, p. 120–122). Não obstante essa realidade, poucos estudos sobre política externa regional de potências regionais tendem a dar atenção a tais aspectos ou a assumir variáveis que reflitam os limites de suas capacidades de ação externa. Além disso, potências regionais são relativamente menos capazes de impactar sistemas regionais do que potências globais. Adler e Greve (2009), por exemplo, ressaltam que estratégias de potências regionais conseguem afetar de modos diferentes ordens regionais e padrões institucionais.

Em segundo lugar, estudos em geral omitem situações em que há a existência de mais de uma potência relevante no sistema regional em questão. É comum haver análises que tomam como pressuposto a existência de hegêmonas regionais, sem, contudo, realizar verificações adequadas sobre a distribuição de poder regional. Mearsheimer (2001, p. 34,43,53) lembra-nos de que apenas os Estados Unidos obtiveram efetiva hegemonia regional. Entretanto, a maior parte de estudos que vinculam política externa com dinâmicas regionais tende a pressupor que Estados mais capazes são necessariamente hegêmonas, sem verificar mais profundamente a distribuição de poder nos sistemas. Seria possível afirmar que Brasil, África do Sul, Israel, Etiópia, Índia, Indonésia, China e Alemanha estão no patamar de hegêmonas regionais, apenas porque se destacam em termos de capacidades agregadas? Poucas pesquisas dão respostas afirmativas convincentes a essa pergunta. Caso tais potências compartilhem poder com outras potências com capacidade significativa, é imperativo avaliar o papel dessas outras potências regionais nos sistemas em questão para se compreender diferentes vetores de poder e alternativas de ordenamento sistêmico.

Em terceiro lugar, poucos estudos consideram o fato de que é frequente a falta de consenso sobre as competências de liderança das potências regionais. O papel da China no leste asiático, da Rússia no Cáucaso e Leste Europeu, da Nigéria na África Ocidental, da Etiópia no Chifre da África, e do Brasil na América do Sul sugerem que tal lógica é recorrente, principalmente no caso de potências emergentes que ainda possuem constrangimentos em suas capacidades de prover projetos benéficos aos vizinhos. Não obstante esta realidade, a maior parte das pesquisas recentes sobre política externa e ordens regionais tende a focar exclusivamente nas estratégias de potências regionais. Nesse caso em especial, um estudo sobre sistemas regionais que incluía potências regionais deveria levar em

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

conta não apenas as suas estratégias para suas respectivas regiões, mas também as respostas de potências com capacidade mínima de vetar ou retardar suas ações no sistema. Países de uma mesma região agem e reagem de modo diferente em relação às estratégias e ações das potências regionais, como ressaltado por Destradi (2010), Acharya (2007a) e Prys (2010). Contudo, estudos sobre políticas reativas das potências secundárias não substituem uma avaliação particular de seus projetos regionais, o que é fundamental para a compreensão do conteúdo das relações de obediência, consenso ou desacordo na interação regional. Em termos gerais, e principalmente no terceiro mundo (limites de capacidades da potência regional), torna-se impossível compreender os fundamentos de uma ordem regional olhando-se exclusivamente para as estratégias e ações da potência dominante. Importa transformar as teorias sobre ação das potências regionais em verdadeiras teorias dos sistemas regionais.

Em quarto lugar, a compreensão sobre como surgem as estratégias regionais dos países em questão (potências regionais ou não) também é relevante. A importância e escassez de estudos que vinculem coalizões domésticas e estratégias regionais de política externa em direção à cooperação ou ao conflito (rivalidade) e as estruturas da região foram salientadas por Väyrynen (2003). Exceções a esta regra são os estudos de Etel Solingen (1997, 1998), ao “ênfatarem a importância de coalizões domésticas e grandes estratégias que perseguem vis-à-vis outros Estados” (VÄYRYNEN, 2003, p. 36). Focado no caso da África Austral, James Hentz também é exceção à regra. Ao estudar o papel da África do Sul na África Austral, Hentz vincula estratégias regionais de cooperação econômica a interesses de elites domésticas que interagem e tornam-se dominantes em diferentes períodos históricos (HENTZ, 2005, p. 4–7). Esses casos trazem importantes contribuições sobre como coalizões internas afetam estratégias regionais de potências regionais. Entretanto, dois limites principais permanecem. O primeiro é a manutenção do foco exclusivo na agência das potências regionais, desconsiderando-se o fato de que “mesmo ministérios definem grandes estratégias” (SOLINGEN, 1998, p. 9). O segundo limite é a ausência de análises sobre como coalizões relacionam-se com o processo macro-histórico de construção do Estado. Inúmeros fatores domésticos e internos parecem afetar a composição, a ascensão e o declínio de elites de política externa. O estudo sobre o processo de construção do Estado permite atribuir uma conexão mais consistente a esses fatores e vinculá-los à lógica relacional de Estado e sociedade e a conceitos a ela associados, como coerção, extração, legitimidade, direitos, identidade, etc.

Em suma, sustenta-se que uma compreensão sobre o papel de agentes na formação de ordens regionais do sul deveria adotar uma perspectiva interacional e histórico-sociológica. Primeiro, uma análise mais generalizável do estudo sobre política externa e ordens regionais não poderia focar-se em conceitos como hegemonia, império e liderança, próprios apenas de

países que se situam em posições superiores na hierarquia de poder. Um enfoque que refute uma visão up down das relações regionais (para além da noção de que agência é prerrogativa apenas de potências sistêmicas) deve superar conceitos fechados e buscar identificar estratégias de países de uma região sob perspectiva interacional. Segundo, procura-se vincular esses debates à análise sobre sistemas regionais, avaliando processos de construção do Estado e da política externa de forma comparativa. O estudo sobre os processos de construção dos Estados permite a produção de uma perspectiva histórico-sociológica sobre a formação de elites e a consequente produção de política externa, a qual afetará a ordem regional mediante mecanismos interacionais. Trata-se de levar a sério a recomendação de Ayoob (1999, p. 258) de buscar a compreensão sobre a relação entre a construção do Estado, política externa e sistemas regionais, conectando esses fatores à agência de vários estados regionais (para além da principal potência regional). Segundo o autor,

[...] para que uma sociedade regional [, ambiente de cooperação regional,] seja estabelecida, os Estados da região devem perceber suas tarefas de construção do Estado e da nação como complementares a seus esforços para o mesmo fim e não como empreitadas hostis sendo tomadas em detrimento do outro. Esta é provavelmente a condição mais difícil de satisfazer devido à forma arbitrária pela qual as fronteiras dos Estados pós-coloniais foram elaboradas e ao nervosismo extremo com o qual as elites estatais percebem atividades de construção do Estado e da nação em sua vizinhança. (AYOOB, 1999, p. 258).

### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou avaliar os avanços recentes do novo regionalismo e da análise de política externa e as suas possíveis contribuições para a compreensão da agência de Estados em sistemas regionais, sobretudo no sul global e na África. Os estudos do novo regionalismo têm contribuído para avaliar particularidades das regiões no sul global, seus elementos constituintes e as especificidades da formação e ação das unidades sistêmicas. A análise de política externa no terceiro mundo e na África também tem mostrado como Estados possuem liberdade de ação em suas regiões, nas quais atuam em larga medida pela lógica da *realpolitik*, embora com particularidades relacionadas à sua formação histórico-sociológica. Análises que procuram vincular a política externa de países para suas regiões têm igualmente avançado na leitura sobre o papel de potências regionais; as potencialidades, os limites e as reações à sua ação. Não obstante, compreender a agência de Estados em suas regiões de forma essencialmente interacional é ainda necessário. Trata-se de avaliar processos históricos e sociológicos de formação das regiões que se vinculem à política externa dos Estados, integrando as capacidades explicativas do NR e da APE a teorias sistêmicas complexas.

*Recebido em 05 de setembro de 2019. Aprovado em 21 de setembro de 2019.*

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

### **Referencias bibliográficas**

- ABRAHAMSSON, Hans. Hegemon, Region and Nation-State: The Case of Mozambique. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Org.). **National Perspectives On the New Regionalism in the South**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000. v. 3.
- ACHARYA, Amitav. The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**, Cambridge, v. 59, n. 4, p. 630-652, July 2007.
- ADAR, Korwa Gombe; AJULU, Rok; ONYANGO, Moses O. Post-Cold War Zimbabwe's Foreign Policy and Foreign Policy-Making Process. In: ADAR, Korwa Gombe; AJULU, Rok (Org.). **Globalization and emerging trends in African states' foreign policy-making process: a comparative perspective of Southern Africa**. Burlington, VT: Ashgate, 2002. p. 263–280.
- ADLER, Emanuel; GREVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 35, n. S1, p. 59–84, 2009.
- AKOKPARI, John K. Changing with the Tide: The shifting orientations of foreign policies in sub-Saharan Africa. **Nordic Journal of African Studies**, Helsinki, v. 8, n. 1, p. 22–38, 1999.
- AKOKPARI, John K. Post-Cold War International Relations and Foreign Policies in Africa: New Issues and New Challenges. **AJIA - African Journal of International Affairs**, Dakar, v. 4, n. 1-2, p. 34–55, 2001.
- AYOOB, Mohammed. The Security Predicament of the Third World State: Reflections on State Making in a Comparative Perspective. In: JOB, Brian (Org.). **The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992. p. 63–80.
- AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.
- BEESON, Mark. Rethinking Regionalism: Europe and the East Asia in Comparative Historical Perspective. **Journal of European Public Policy**, London, v. 12, n. 6, p. 969-985, 2005.
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. The Foreign Policies of the Global South: An Introduction. In: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003a. p. 1–11.

- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003b.
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne; SNARR, Michael T. Assessing Current Conceptual and Empirical Approaches. In: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003. p. 13–30.
- BULMER-THOMAS, Victor. Regional Integration in Latin America and the Caribbean. **Bulletin of Latin American Research**, Hoboken, v. 20, n. 3, p. 360–369, July 2001.
- BUZAN, Barry; WÆVER, O. **Regions and Powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry. The Logic of Regional Security in the Post-Cold War World. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Org.). **The New Regionalism and the Future of Security and Development**. New York: St. Martin's Press, 2000. p. 1–25.
- CARLSNAES, Walter; GUZZINI, Stefano (Org.). **Foreign Policy Analysis**. London: SAGE Publications, 2011. v. 5.
- CHAN, Stephen (Org.). **Exporting Apartheid: Foreign Policies in Southern Africa, 1978-1988**. London: Macmillan, 1990a.
- CHAN, Stephen. Two African states (Angola and Ethiopia) and the motifs of revolution. In: CHAN, Stephen; WILLIAMS, Andrew (Org.). **Renegade states: the evolution of revolutionary foreign policies**. Manchester: Manchester University Press, 1994. p. 170–184.
- CHAZAN, Noami *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Palgrave Macmillan, 1999.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2005.
- CLAPHAM, Christopher. **Third World Politics: An Introduction**. London: Routledge, 1985.
- COX, Robert W. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Tomothy J. (Org.). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b. p. 85–123.
- DAVIES, Robert. Building a New Relationship in Southern Africa: The Challenge Facing South Africa's Government of National Unity. In: HETTNE, B.; INOTAI, A.; SUNKEL, O. (Org.). **National Perspectives on the New Regionalism in the South**. Basingstoke: Macmillan, 2000. p. 265–277.

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

- DESTRADI, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, n. 04, p. 903–930, 1 Nov. 2010.
- DUNN, Kevin C.; HENTZ, James J. Regionalization, the State and Human Security/Development in Africa: Thoughts for Advancing the Debate. In: GRANT, J. Andrew; SÖDERBAUM, Fredrik (Org.). **New Regionalism in Africa**. [S.l.: s.n.], 2003. p. 179–191.
- EMERSON, Rupert. Nation-Building in Africa. In: DEUTSCH, Karl; FOLTZ, William (Org.). **Nation-Building**. New York: Atherton Press, 1963. p. 95–116.
- FAWCETT, Louise. Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism. **International Affairs**, Hoboken, v. 80, n. 3, p. 429–446, May 2004.
- FAWN, Rick. “Regions” and their study: where from, what for and where to? **Review of International Studies**, Cambridge, n. 35, p. 5–34, 2009.
- FRAZIER, Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. Regional powers and security: A framework for understanding order within regional security complexes. **European Journal of International Relations**, London, v. 16, n. 4, p. 731–753, 21 Apr. 2010.
- GRANT, J. Andrew; SÖDERBAUM, Fredrik (Org.). **The New Regionalism in Africa**. Aldershot: Ashgate, 2003.
- GREENFELD, Liah; EASTWOOD, Jonathan. National Identity. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Org.). **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 256–273.
- GROMYKO, Anatoly (Org.). **African countries’ foreign policy**. Moscow: Progress, 1983.
- GROVOGUI, Siba N. Postcoloniality in Global South Foreign Policy: A Perspective. In: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003. p. 31–48.
- HABIB, Adam. South Africa’s foreign policy: hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation. **South African Journal of International Affairs**, Johannesburg, v. 16, n. 2, p. 143–159, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10220460903265857>>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- HAGAN, Joe D. Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org.). **Foreign Policy Analysis Continuity and Change in Its Second Generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995. p. 117–144.

- HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HEMMER, Christopher; KATZENSTEIN, Peter. Why Is There No NATO in Asia: Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. **International Organization**, New York, n. 56, p. 575–607, 2002.
- HENTZ, James J. **South Africa and the logic of regional cooperation**. Bloomington: Indiana University Press, 2005.
- HENTZ, James J. The Southern African Security Order: Regional Economic Integration and Security among Developing States. **Review of International Studies**, Cambridge, n. 35, p. 5–34, 2009.
- HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Org.). **National Perspectives on the New Regionalism in the South**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000a. v. 3.
- HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Org.). **The New Regionalism and the Future of Security and Development**. New York: St. Martin's, 2000b.
- HEY, Jeanne A. K. Foreign Policy in Dependent States. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org.). **Foreign Policy Analysis Continuity and Change in its Second Generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995. p. 201–214.
- HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis : Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, Hoboken, v. 1, n. 1, p. 1–30, 2005.
- HUDSON, Valerie M. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.
- HURRELL, Andrew. Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics. **Review of International Studies**, Cambridge, n. 21, p. 331–358, 1995.
- HURRELL, Andrew. One world? Many worlds?: The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, Cambridge, v. 83, n. 1, p. 127–146, Jan. 2007.
- IGHAM, Kenneth (Org.). **Foreign Relations of African States**. London: Butterworths, 1974.
- JACKSON, Robert H. **Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World**. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 1990.
- JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood. **World Politics**, Cambridge, v. 35, n. 1, p. 1–24, 13 June 1982.

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

- JOB, Brian. The Insecurity Dilemma: National, Regime, and State Securities in the Third World. In: JOB, Brian (Org.). **The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States**. Boulder: Lynne Rienner, 1992. p. 11-35.
- KATZENSTEIN, Peter J. **A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2005.
- KELLY, Robert E. Security Theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review**, Malden, v. 9, n. 2, p. 197–229, 2007
- KHADIAGALA, Gilbert M. Foreign Policy Decisionmaking in Southern Africa’s Fading Frontline From Duplicate 1 ( Foreign Policy Decisionmaking in Southern Africa’s Fading Frontline - Khadiagala, Gilbert M. ). In: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence (Org.). **African Foreign Policies: Power and Process**. London: Lynne Rienner, 2001a. p. 131–158.
- KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence (Org.). **African Foreign Policies: Power and Process**. London: Lynne Rienner, 2001a. .
- KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. Foreign Policy Making in Africa: An Introduction. In: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence (Org.). **African Foreign Policies: Power and Process**. London: Lynne Rienner, 2001b. p. 1–14.
- KORANY, Bahgat. Foreign Policy Decision-Making Theory and the Third World: Payoffs and Pitfalls. In: KORANY, Bahgat (Org.). **How Foreign Policy Decisions are Made in the Third World**. Boulder: Westview, 1986. p. 39–60.
- KORANY, Bahgat. The Take-Off of Third World Studies?: The Case of Foreign Policy. **World Health Forum**, Cambridge, v. 35, n. 3, p. 465–487, 1983.
- MAZRUI, Ali A. (Org.). **Africa’s International Relations: The diplomacy of dependency and change**. London: Heinemann, 1977.
- MCGOWAN, Patrick J. Africa and Non-Alignment: A Comparative Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, Detroit, v. 12, n. 3, p. 262–295, Sept. 1968.
- LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. New York: Cambridge University Press, 2002.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: WW Norton, 2001.
- MILLER, Benjamin. When and How Regions Become Peaceful: Potential Theoretical Pathways to Peace. **International Studies Review**, Malden, v. 7, n. 2, p. 229–267, June 2005.
- MINILLO, Xaman Korai Pinheiro. **Enfrentando o norte: discursos e ideologia como fontes de poder para o regime de Robert Mugabe**. 2011. Dissertação (Mestrado em

Relações Internacionais ) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MISTRY, Percy S. The New Regionalism: Impediment or Spur to Future Multilateralism? In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Org.). **Globalism and the New Regionalism**. London: Macmillan, 1999. p. 116–54.

MOHAMEDOU, Mohammad-Mahmoud Ould. Foreign Policy in Arab World: The Promise of a State-Centered Approach. In: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne (Org.). **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks**. Boulder: Lynne Rienner, 2003. p. 65–78.

MOON, Bruce E. Consensus or compliance? change and external dependence. **International Organization**, Cambridge, v. 39, n. 2, p. 297–329, 1985.

MOON, Bruce E. Foreign Policy of a Dependent State. **International Studies Quarterly**, Detroit, v. 27, n. 3, p. 315–340, Sept. 1983.

MOON, Bruce E. The State in Foreign and Domestic Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org.). **Foreign Policy Analysis Continuity and Change in Its Second Generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995. p. 187–200.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org.). **Foreign Policy Analysis Continuity and Change in Its Second Generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995a.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. Generational Change in Foreign Policy Analysis. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Org.). **Foreign Policy Analysis Continuity and Change in Its Second Generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995b. p. 1–16.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, n. 4, p. 881–901, 1 Nov. 2010.

ODÉN, Bertil. The Southern Africa Region and the Regional Hegemon. In: HETTNE, B.; INOTAI, A.; O.SUNKEL (Org.). **National Perspectives on the New Regionalism in the South**. Basingstoke: Macmillan, 2000. p. 242–264.

OJO, Olatunde; ORWA, D. K.; UTETE, C. M. B. **African International Relations**. New York: Longman, 1985.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 28, n. 4, p. 677–696, 6 Nov. 2002.

PRYS, Miriam. Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood. **International Studies Review**, Malden, v. 12, n. 4, p. 479–504, 3 Dec. 2010.

## **Novo Regionalismo e Análise de Política Externa: Aportes para o estudo do Sul Global e da África**

- ROSENAU, James N. Pre-theories and Theories of Foreign Policy. **Approaches to Comparative and International Politics**. Evanston, Ill: Northwestern University Press, 1966.
- SAXENA, Suresh Chandra. **Foreign policy of African states: politics of dependence and confrontation X**. New Dehli: Deep & Deep, 1982.
- SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.
- SHAW, Timothy M.; ALUKO, Olajide. **The Political Economy of African Foreign Policy X**. Aldershot: Gower, 1984.
- SNYDER, Richard; BRUCK, H. W; SAPIN, Burton. **Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1954. (Foreign Policy Analysis Series, n. 3).
- SNYDER, Richard; BRUCK, H. W; SAPIN, Burton. **Foreign Policy Decision Making**. New York: Free, 1963.
- SÖDERBAUM, Fredrik. **The Political Economy of Regionalism: The Case of Southern Africa**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2004.
- SÖDERBAUM, Fredrik; SHAW, Timothy M. (Org.). **Theories of New Regionalism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- SÖDERBAUM, Fredrik; TAYLOR, Ian (Org.). **Regionalism and Uneven Development in Southern Africa: The Case of the Maputo Development Corridor**. London: Ashgate, 2003.
- SOLINGEN, Etel. Economic Liberalization, Political Coalitions, and Emerging Regional Orders. In: LAKE, David; MORGAN, Patrick (Org.). **Regional Orders: Building Security in a New World**. New York: Penn State University Press, 1997. p. 68-100.
- SOLINGEN, Etel. **Regional Orders at Century's Dawn: Global and Domestic Influences on Grand Strategy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.
- THIAM, Doudou. **The Foreign Policy of African States: Ideological bases, present realities, future prospects X**. London: Phoenix House, 1965.
- VALE, Peter; SWATUK, Larry A; ODÉN, Bertil (Org.). **Theory, Change and Southern Africa's Future**. New York: Palgrave Macmillan, 2001.
- VÄYRYNEN, Raimo. Regional Conflict Formations: An Intractable Problem of International Relations Theory. **Journal of Peace Research**, New York, n. 21, p. 337–359, 1984.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WRIGHT, Stephen (Org.). **African Foreign Policies**. Boulder: Westview Press, 1999.